

OS CONFLITOS INTERPESSOAIS NA ESCOLA E A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA DOCENTE NO DESENVOLVIMENTO MORAL DOS ALUNOS.

*INTERPERSONAL CONFLICTS AT SCHOOL AND THE IMPORTANCE
OF TEACHING PRACTICE IN STUDENTS' MORAL DEVELOPMENT.*

*Elen Daiane Quartaroli FERNANDES¹
Raul Aragão MARTINS²*

RESUMO: Este texto tem por objetivo refletir sobre o desenvolvimento da moralidade na escola. Alicerçado em pesquisa bibliográfica, é baseado em produções acadêmicas que tratam do desenvolvimento moral, à luz da teoria construtivista. Este trabalho sustenta a ideia de que o professor deve ser instrumentalizado, desde a sua formação, para trabalhar com os valores morais na escola, já que é nesse espaço que as relações sociais acontecem e os conflitos interpessoais são inevitáveis. Argumenta-se a necessidade de que os docentes entendam a complexidade desse processo e sua relevância para a convivência no ambiente escolar. Como resultados, espera-se que possamos refletir na responsabilidade dos professores no processo de desenvolvimento moral dos alunos, considerando que suas atitudes e discursos frente aos conflitos escolares, impacta diretamente na formação do sujeito. Ressalta-se, então, a necessidade de repensar os

¹ Psicóloga e Pedagoga, doutoranda em Educação pelo programa de Pós-graduação da Universidade Estadual Paulista (UNESP, Marília) e Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual Paulista (UNESP, Bauri). Especialista em Neuropsicopedagogia e Educação Especial Inclusiva e em Ética, valores e cidadania na escola. Atualmente, é vice-diretora de escola do Ensino Fundamental e trabalha com formação de professores no Ensino Superior. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6291-3871>. E-mail: elen.quartaroli@unesp.br

² Graduado em Psicologia pela Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL (Câmpus de Lorena, 1977), Mestre (1986) e Doutor (1991) em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas - RJ. Livre-Docente em Psicologia da Educação pela Universidade Estadual Paulista - UNESP (2006). Atualmente é professor associado do Departamento de Educação do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista - IBILCE/UNESP, São José do Rio Preto. Credenciado como orientador e docente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP (Campus de Marília). Email: raul.martins@unesp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6495-731X>.

cursos de formação para professores, com o intuito de melhorar a qualidade da prática docente para uma educação em valores mais efetiva no exercício da cidadania.

Palavras-chave: Desenvolvimento moral. Prática docente. Conflitos interpessoais.

INTRODUÇÃO

O foco deste estudo é refletir sobre o preparo docente para lidar com os conflitos interpessoais que ocorrem no ambiente escolar, levando em consideração como os valores morais estão sendo transmitidos através das práticas pedagógicas utilizadas. Constantemente, os professores se deparam com problemas de comportamento de alunos relacionados a condutas ofensivas (agressões físicas ou verbais, vandalismo, preconceitos, indisciplina, *bullying*, dentre outros) que são contrárias aos princípios da moralidade. Esse cenário, geralmente causa desconforto aos profissionais da educação que por vezes, se sentem inaptos a resolverem tais problemas, já que muitas das estratégias usadas por eles se mostram ineficazes nessas situações.

Frente a esse cenário, o que pode ser feito para conter e melhorar tais comportamentos? É necessário punir mais os alunos que se envolvem repetidamente em conflitos? Seria melhor dialogar mais com eles? Convocar os pais para ir até a escola? Enviar bilhetes? Suspender das atividades escolares? O que fazer diante de constantes problemas que envolvem as relações interpessoais no ambiente escolar?

Provavelmente esses sejam alguns dos dilemas enfrentados pelos professores que, por sua vez, se deparam com uma gama de estratégias para diminuir os problemas de convivência. Contudo, é preciso pensar sobre o que os alunos aprendem a partir dessas atitudes e se elas estão contribuindo para o desenvolvimento moral deles. A partir desse contexto, cabe questionar se, no processo de formação docente, os professores estão sendo preparados para intervir de forma efetiva nas relações interpessoais estabelecidas na escola, de modo a favorecer o desenvolvimento moral dos alunos?

Com o intuito de responder a esse questionamento, podemos considerar que discussões sobre valores morais, deveriam fazer parte do cotidiano escolar sempre que possível e não ser algo tratado como secundário ou relativo à prática docente. Araújo (2007, p. 35) expõe bem essa questão quando destaca que o trabalho com valores morais na escola deve ser considerado tão importante quanto os conteúdos tradicionais de

português, matemática e outras disciplinas. Para ele, as aulas “devem estar permeadas por possibilidades de convivência cotidiana com os valores éticos e instrumentos que facilitem relações interpessoais pautadas em valores vinculados à democracia, à cidadania e aos direitos humanos.” (ARAÚJO, 2017, p.35).

Diante disso, torna-se necessário reforçar a ideia de que o papel do professor é fundamental para a formação integral do aluno e este deve ser o foco da educação na atualidade. Isso justifica-se quando consideramos o cenário educacional após a pandemia de Covid-19 (OMS, 2020), que mudou a rotina dos alunos nos anos de 2020 e 2021, devido ao afastamento social, trazendo à tona um sofrimento emocional. Esses sentimentos e emoções dos alunos estão sendo expressos em forma de medo, irritabilidade, depressão, ansiedade, comportamentos de risco em relação a si e ao próximo, além da ideação suicida, que tem se mostrado cada vez mais frequente (TOGNETTA *et al.*, 2022).

Antes mesmo do contexto pandêmico, a legislação brasileira já predizia uma transformação necessária na educação no que se refere à convivência, saúde emocional, ética e cidadania. Documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), por exemplo, trazem diversas orientações sobre a importância de considerar a integralidade do sujeito, legitimando que a moralidade e o desenvolvimento ético dele o capacitará para o exercício da cidadania. Em consonância, diversas pesquisas (como por exemplo, PUIG, 1998; LA TAILLE, 1998/ 2006; TAVARES *et al.*, 2016; ARAÚJO; PUIG; ARANTES, 2007; VINHA; TOGNETTA, 2009; DÁUREA TARDELI, 2009; LEPRE, 2015; MARTINS *et al.*, 2017; MARQUES; TAVARES; MENIN, 2019; SILVA, 2018; TOGNETTA *et al.*, 2022) há vários anos vem sendo desenvolvidas para ressaltar a importância do desenvolvimento moral na escola, evidenciando estratégias de como esse trabalho pode ser realizado.

Este texto tem por objetivo refletir sobre o desenvolvimento da moralidade na escola, com base em estudos teóricos que direcionam o trabalho dos professores a essa prática. Defende-se a importância de instrumentalizar os docentes no processo de formação profissional, evidenciando que a prática em sala de aula e as estratégias utilizadas para lidar com os conflitos entre os alunos, pode favorecer ou não o desenvolvimento moral.

À luz da teoria construtivista, consideramos que o trabalho com valores morais é necessário à prática docente para que as relações sociais possam acontecer de forma mais harmoniosa no ambiente escolar. Do ponto de vista metodológico, esse trabalho alicerça-se em pesquisa bibliográfica, com destaque para: Brasil (1997), Puig (1998); La Taille (2006/2009); Tognetta e Assis (2006), Araújo, Puig e Arantes (2007), Vinha e Tognetta (2009); Lepre (2015/2019); Tavares *et al.* (2016); Vinha, Morais e Moro (2017); Brasil (2017), Martins *et al.* (2017), Marques, Tavares e Menin (2019). Essa metodologia proporciona a ampliação do conhecimento na área da moralidade, o que é necessário para a compreensão da complexidade desse fenômeno, de modo a favorecer a análise da prática e a proposição de instrumentos interventivos com intuito de facilitar a prática docente. Gil (2002) complementa que esse tipo de pesquisa traz maior familiaridade com o problema, de forma a torná-lo mais explícito. Por se tratar de um material já elaborado, viabiliza o aprimoramento das ideias e possibilita considerar os mais variados aspectos do fato estudado.

No caso deste artigo, foram selecionadas produções acadêmicas que tratam do desenvolvimento moral e do trabalho com valores morais na escola com base na teoria construtivista. Realizou-se a leitura e a sistematização de textos que pudessem sustentar a reflexão de que o profissional da educação deve ser instrumentalizado, desde a sua formação, para trabalhar com os valores morais na escola, já que é nesse espaço que as relações interpessoais acontecem e a forma como os sujeitos aprendem a lidar com os conflitos nesse ambiente, influenciará no seu desenvolvimento moral e, conseqüentemente, no exercício para a cidadania.

Com o intuito de destacar a importância do desenvolvimento moral na escola, buscamos refletir sobre aspectos que favoreçam a prática docente, de modo que os professores entendam a complexidade desse processo e sua relevância para a convivência no ambiente escolar. Então, abordaremos ideias concernentes aos conflitos interpessoais, que são comuns às instituições escolares, e em como o trabalho com ênfase no desenvolvimento moral pode minimizar esses problemas. Ressaltamos a responsabilidade do profissional docente nisso, e em como suas atitudes e seus discursos sobre os valores morais, impactam diretamente seus alunos. Essas reflexões trazem aspectos essenciais

que precisam ser repensados no processo de formação docente para que de fato, a instituição escolar assuma seu papel junto à família, para uma educação moral efetiva.

REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NO DESENVOLVIMENTO MORAL DOS ALUNOS E OS IMPACTOS DA PRÁTICA DOCENTE NESSE PROCESSO.

A educação moral vai muito além de uma doutrinação de valores. Não é simplesmente falar sobre virtudes, sobre o que é ou não ser bom, ser justo, ser honesto. Nos deparamos com uma realidade de educadores que acreditam que os alunos precisam conhecer os valores morais e fazem isso através de conversas diante de um problema, ou de histórias como fábulas tradicionais, por exemplo, que já vem com atitudes prontas sobre o que fazer em determinada situação. Lind (2016) nos diz que não basta querer ser moral ou democrático para sê-lo e não basta desejar fazer o bem para fazê-lo. O desenvolvimento moral é um processo e é influenciado ao longo da vida do indivíduo.

Atitudes incoerentes com aquilo que se diz, demonstram que os ideais morais para alcançar essa finalidade possui diversas variantes. Piaget (1930/1996) concorda que educar moralmente é mais do que apenas conversar ou falar com os alunos, é necessário ação. Além disso, a intencionalidade do professor é fundamental para que isso ocorra. A escola pode ser fonte de estímulo para o desenvolvimento da autonomia e com base em estudos piagetianos, podemos dizer que as crianças não podem ser deixadas à sua natureza biológica, mas deve experimentar um lugar de cooperação para que possa construir uma consciência autônoma e tenha a possibilidade de julgar as ações morais (LEPRE, 2015).

Essa ideia traz à tona a necessidade do preparo docente em lidar com a moralidade na escola e isso fica evidente na forma como esses profissionais tentam resolver os conflitos entre os alunos. Vinha e Tognetta (2009) apontam que os tipos de intervenções realizadas pelos educadores diante das desavenças entre os educandos, interfere nas relações entre eles e no desenvolvimento socioafetivo que diz respeito à moral. Os conflitos geralmente são vistos como algo negativo quando deveriam servir como estratégias de resolução de problemas, ou seja, algo positivamente importante para refletir sobre suas ações. Podemos dizer que:

[...] a escola é um espaço no qual os problemas e desafios sociais têm reflexo e são, também, vivenciados. Nela são reproduzidos comportamentos considerados certos ou errados pelas instituições sociais, os valores e contravalores, os julgamentos de atos e de pessoas, os posicionamentos ideológicos com suas polarizações, as atitudes de conciliação ou de rechaço e as agressões ou apaziguamentos. Algumas vezes, diante desses desafios aparece um certo saudosismo do passado que leva ao fortalecimento de posições que apregoam como melhor a volta a um modelo tradicional de ensino baseado em relações autoritárias e mantido por métodos com maior rigor, fiscalização e controle punitivo, como se tais mecanismos dessem conta de formar para essa sociedade tão diversa quanto complexa. Toda e qualquer escola influencia os valores que seus agentes e alunos passam a viver e assumir, mas nem toda a instituição desenvolve uma educação no sentido da autonomia (VINHA, 2022, p. 18).

A escola é o espaço em que as relações sociais acontecem e os professores precisam ser instrumentalizados para poderem atuar com seus alunos diante dos conflitos. É preciso entender que para favorecer um ambiente moral, em que as pessoas possam conviver bem, é necessário um trabalho intencional e, para isso, os cursos de formação de professores, ao abordarem assuntos como ética e cidadania, por exemplo, precisam incluir problemas que ocorrem no interior da escola e discutir formas para resolvê-los, com base nas teorias sobre a moralidade (TOGNETTA; ASSIS, 2006).

La Taille (2009) faz uma reflexão interessante sobre o papel do professor diante das gerações atuais. Ele reforça a ideia de que os tempos mudaram, mas o educador ainda não gere muito bem essa questão e acaba ficando preso a um saudosismo que não se encaixa na educação atual. Isso pode estar relacionado a má formação docente e aos papéis mal estabelecidos entre as instituições família e escola. Por esses papéis não ficarem claros, a escola acaba compensando muitas vezes, o que acredita ser função da família e deixa de cumprir aquilo que lhe cabe, fazendo com que a qualidade do ensino seja prejudicada.

Tavares e Menin (2015, p.10) apontam a escola como “instituição importante para a manutenção ou mudança de valores e mesmo que, de forma contraditória e arbitrária, ela assume esse papel tão importante quanto a família na construção de valores”. Isso ocorre devido a convivência diária entre os alunos, o que proporciona uma vida coletiva em que normas e valores precisam ser respeitados. Contudo, as queixas entre

os professores sobre a falta da família na educação moral ainda é crescente, fortalecendo a ideia de que a indisciplina ocorre na escola porque os responsáveis não educam em casa, por exemplo, subentendendo que à escola cabe ensinar conteúdos e à família, educar para a vida.

A família pode ser considerada o primeiro lugar de socialização da criança, mas a escola é fundamental para a manutenção desses valores. Como as relações nesse espaço são permeadas por normas e comportamentos direcionados ao que é certo ou errado e envolvem valores como solidariedade, respeito, justiça, honestidade, dentre outros, é impossível não considerar a transmissão de valores. Conscientes ou não, os professores desempenham esse papel e influenciam no desenvolvimento moral de seus alunos. O problema se encontra no fato de que poucas vezes esses profissionais direcionam seu trabalho e nem possuem conhecimentos suficientes para isso (VINHA; ASSIS, 2008).

A escola quer queira ou não, influencia a formação moral das crianças. Isso não enfraquece de forma alguma a ação da família na educação dos filhos, apenas reforça que o ambiente escolar não pode ser reduzido apenas ao cognitivo. Diariamente isso é discutido pelos profissionais da educação, na tentativa de justificar o fracasso em não conseguirem diminuir as relações conflituosas entre os alunos e nem melhorar as relações de convivência entre eles. Diversas pesquisas (LEPRE, 2019; LA TAILLE, 2009; LA TAILLE; MENIN, 2014; TOGNETTA, 2009; VINHA; TOGNETTA, 2009; VINHA; ASSIS, 2008; TOGNETTA; ASSIS, 2006; PUIG, 1998) revelam que a família não é suficiente para educar moralmente um indivíduo e que a escola precisa e deve fazer parte desse processo.

Cabe à instituição escolar tomar parte dessa formação moral dos alunos e não apenas estar restrita a transmitir conhecimentos sem se importar com a melhoria do futuro (RAZERA, 2011). De maneira geral, os educadores gostariam que seus alunos respeitassem as regras e os combinados acordados em sala de aula, de maneira voluntária. Contudo, não podemos deixar de salientar, que eles nem sempre trazem bagagem cognitiva e emocional para isso, e, estão em fase de desenvolvimento. Desta forma, inevitavelmente, as regras nem sempre são respeitadas e os conflitos acontecem. É a partir daí que a insegurança dos professores em lidar com essas situações, pode acarretar

soluções temporárias e pontuais para conter os problemas, quase sempre empregados como punições, que podem ser classificadas apenas como resoluções momentâneas e vazias, ou seja, que não agregam aprendizado de valor moral ao sujeito que sofreu a sanção (VINHA; ASSIS, 2008).

A partir desse contexto, cabe o seguinte questionamento: o que aprende um aluno que é suspenso das atividades escolares por bater em um colega? Talvez essa resposta esteja atrelada ao medo da punição. Este aluno pode parar de brigar por medo de ir para a diretoria, ou de ser suspenso novamente e punido por seus pais, mas não podemos afirmar que ele de fato entendeu o porquê de não agir desta forma ou que se apropriou de algum valor moral diante dessa sanção.

Para conter os problemas na escola, criam-se regras e mais regras contando que o medo da punição possa mudar o comportamento dos alunos. Trancam-se armários, colocam câmeras para evitar furtos, dão soluções prontas, incentivam as delações, coagem, culpabilizam as famílias, enfim, utilizam de mecanismos que reforçam a heteronomia e que contribuem para agravar os problemas, já que essas estratégias remetem a ideia de que se alguma regra for descumprida, haverá uma sanção (VINHA; TOGNETTA, 2009).

É importante entender que cada indivíduo constrói regras a partir de informações que recebe, contudo, as informações não são suficientes. As noções e explicações mais elaboradas só acontecem à medida que o sujeito é levado a pensar sobre isso. O que faz a diferença no trabalho do professor são os conflitos que ele vai criar a partir de situações do cotidiano. Nesse sentido, para haver aprendizagem moral é preciso oferecer oportunidades para isso. Pensar o desenvolvimento moral vai além de histórias com finais moralizadores e de acreditar que no mundo existem pessoas boas e más. Desta forma, a discussão de dilemas pode ser uma estratégia efetiva para isso, já que contribui para que alunos e professores dialoguem de forma justa e racional sobre situações supostas (LIND, 2016).

O período de pandemia que atravessamos recentemente, refletiu ainda mais as crises da sociedade, escancarando as desigualdades e ampliando as inseguranças e incertezas sobre o cenário educacional (VINHA, 2022). Sendo assim, problemas de convivência continuam sendo resolvidos de forma simplista, mantendo uma prática

despretensiosa com relação ao desenvolvimento moral. As justificativas dos professores diante dos problemas na escola, quase sempre se mantêm as mesmas: “não pode porque não pode” ou “não pode porque a professora fica triste”, ou mesmo, “não pode porque Deus não gosta”, dentre outras. Contudo, elas nada ensinam para os alunos, que, talvez por medo, melhoram seu comportamento por um tempo, mas, frequentemente voltam a cometer os mesmos atos.

Araújo (2000 p. 94) expõe que a escola ainda se encontra alicerçada em uma forma simplista de compreensão do real e que apesar dos avanços sociais e científicos, os limites para a explicação da realidade são passados por gerações. Para ele, “só conseguiremos discorrer sobre as relações entre democracia, cidadania e educação se pensarmos de maneira complexa”. Sendo assim, uma escola democrática deveria contemplar os interesses da maioria, que no caso, são os alunos.

Os adultos (professores, cuidadores ou pais), são os responsáveis por inserir as regras no mundo das crianças e esse trabalho deve ser cuidadoso, pois elas passam a imitar e admirar o que elas veem. Se queremos que as crianças sejam solidárias, tolerantes e amigas é preciso que elas convivam em um ambiente assim. Tognetta e Vinha (2007) concordam que nossas escolas ainda estão longe de ser democráticas e que por vezes, pouco contribuem no desenvolvimento da autonomia moral de seus educandos. Isso se dá devido ao fato do modelo escolar se basear na autoridade do adulto, já que é ele que toma a maioria das decisões e traz as regras de convivência prontas, mas nem sempre eles compreendem as virtudes como generosidade, tolerância, respeito, justiça, dentre outras, porém querem que os alunos ajam de tal forma.

A partir desse contexto, Vinha e Assis (2008) apontam que:

[...] encontra-se comumente nas escolas a imposição de regras tolas e desnecessárias (“não usar modismos”, “não conversar se autorização do professor”); normas justificadas em nome da igualdade estrita (não da equidade) e da homogeneidade (“eu entendi que você não pode vir com a blusa do uniforme porque derrubou o achocolatado ao sair para o colégio e na casa de seu pai não havia outra blusa, porém regra é regra e não posso abrir exceção, permitindo sua entrada na escola”) ou embasadas na mera obediência a autoridade (“não pode usar boné porque é regra da escola”; “não fale assim porque senão contarei para seu pai”). Para que sejam cumpridas são empregadas formas de legitimação por meio de procedimentos exteriores (receber uma recompensa, ser censurado ou punido) que somente reforçam a submissão e a obediência acrítica (VINHA; ASSIS, 2008, p.7-8).

Vale ressaltar que nem o professor sabe explicar determinadas regras e porque elas existem. Essas normas vazias perpassam por gerações e ainda permeiam o interior das salas de aula, dificultando o desenvolvimento moral dos alunos.

Quando há dificuldade na compreensão das regras, os efeitos provocados são contrários aos desejados pelos professores. É comum encontrarmos docentes que tratam a compreensão da regra e a obediência a ela como coisas distintas. Sendo assim, há reclamações constantes de que os alunos não obedecem, não respeitam ou se envolvem muito em conflitos. É preciso que o sujeito entenda a regra e por isso a respeite, que faça sentido para ele, mas para que isso aconteça, o educador deve utilizar estratégias que despertem uma sensação interna de bem-estar no aluno. As regras precisam ser seguidas de forma natural. Só assim, poderemos constatar que, de fato, o valor moral foi absorvido (VINHA; ASSIS, 2008).

Com base em estudos piagetianos sobre a moral, Tavares e Menin (2015, p.9) concordam que “um valor é um investimento afetivo que nos faz agir; que nos move em uma direção”. Quando falamos de valores morais, podemos dizer que eles são “investimentos afetivos que colocamos regras, princípios, sentimentos, ou ações consideradas, na maioria das culturas, boas ou justas, nos guiando para os chamados bons costumes”. É interessante considerar essa definição quando nos deparamos diante de tanta violência e indisciplina dentro das escolas, pois nos remete ao pensamento de que ou esses valores estão se perdendo ou não estão sendo ensinados.

Nesse contexto, a escola e o professor possuem um papel relevante na construção da moralidade, pois acredita-se que é por meio da convivência entre os sujeitos e das experiências vividas na escola que a criança constrói conceitos de valores e desenvolve habilidades para refletir sobre as condutas e os desafios aos quais ela está exposta (SANTOS; TREVISOL, 2011). Desta forma, educar moralmente requer a aprendizagem de conhecimentos integrados de uma cultura por meio de uma perspectiva ética e isso não é uma tarefa simples, já que envolve as diversas manifestações afetivas que constituem o sujeito (D’ÁUREA-TARDELI, 2009).

Quando nos referimos às relações com outras pessoas é inevitável que haja regras para que o convívio social possa existir. Piaget (1932/1994) destaca que o importante não é a regra em si, mas a intenção que temos quando a seguimos. A mera

obediência ao que lhe é imposto como norma, favorece a heteronomia moral. Isto quer dizer que a criança ainda não compreende o sentido das regras, mas segue porque foi determinada pelo adulto.

Vinha e Tognetta (2009, p.528), nesse sentido e com base na teoria construtivista, complementam que “além do amor que leva a criança a obedecer às ordens, ela teme a própria autoridade em si, teme perder o afeto, a proteção e a confiança das pessoas que a amam”. Na heteronomia, o controle é totalmente externo e por isso, não se mantém, ou seja, a obediência depende totalmente do contexto em que se está. Em contrapartida, na autonomia moral o indivíduo segue as regras porque elas emergem de sentimentos internos, que considera o outro além de si mesmo. Há uma constância e o respeito a regra se mantém, pois a fonte da regra está no próprio indivíduo e em seus princípios e valores.

La Taille (1998, p.12) complementa dizendo que “a autonomia moral pressupõe uma ativa participação da razão na elaboração e legitimação das regras”. Por isso não se trata apenas de aprender ou de identificar o bem e fazê-lo mecanicamente, mas trata-se de uma construção que esteja disposta a aprofundar princípios éticos e se necessário, criar novas regras.

Educar moralmente é mais do que identificar os valores que cada um traz consigo, é algo que tem que estar vinculado à prática, é algo que quem educa deve ter, pois se a educação moral se reduzir apenas à adaptação social do ensino das normas sociais vigentes, a escola continuará limitando-se ao desenvolvimento de uma moral heterônoma dos sujeitos (PUIG, 1998). Para Piaget (1930/1996) o método mais efetivo para o desenvolvimento da moralidade é aquele que o indivíduo participa de experiências e interações por meio do ambiente que a escola proporciona, pois é através do contato entre os pares, que é possível que ele vivencie a cooperação, a democracia, o respeito mútuo, dentre outros valores, construindo a sua moralidade.

Com base nos estudos de Piaget, Lepre (2019, p.9) complementa que “desenvolver-se moralmente pressupõe a internalização de valores” que por sua vez, são investimentos afetivos que são colocados nas regras, nos princípios, nas ações e que fazem o indivíduo agir. Pensar em uma educação moral nos tempos atuais, exige que os educadores repensem suas práticas, ou mais que isso, requer uma adequação do currículo

escolar. Portanto, não é algo simples e nem pode ser feito da noite para o dia. Se pensarmos nos cursos formadores de professores, veremos que há uma lacuna sobre como resolver os conflitos em sala de aula, em formação ética, em educação moral. Dificilmente encontramos esses termos nas ementas desses cursos e isso se reflete diretamente aos alunos quando esse professor adentra à escola, pois se não há um espaço para a formação docente, não há como formar os alunos moralmente (TOGNETTA, 2009).

Um problema evidente é que alguns profissionais da educação consideram apenas as habilidades acadêmicas como prioridades em suas salas de aula, atentando-se quase que exclusivamente à transmissão de conteúdos disciplinares e testes de desempenho escolar (FERNANDES; MARTINS, 2022). Se como educadores precisamos aprender matemática para ensiná-la, por que não aprender sobre moralidade?

A escola deve ser um lugar privilegiado na construção moral dos alunos e o professor precisa assumir o seu papel de formador, respeitando as diversidades do contexto educacional e incentivando seus alunos a exporem suas opiniões de modo a criar um ambiente propício e estimulador entre eles (SANTOS; TTREVISOL, 2011). Isso só se tornará possível quando houver, tanto por parte da escola e dos educadores, quanto pelos cursos de formação de professores, a valorização da temática da moralidade. Quando se entende que o conhecimento relativo às teorias morais pode facilitar o cotidiano escolar quanto à convivência e às relações interpessoais, é possível direcionar o trabalho docente e favorecer a internalização de valores.

O conhecimento de teorias morais pode instrumentalizar os professores para enfatizar o trabalho com valores em suas aulas. No entanto, conhecer os princípios teóricos não significa ter uma atuação efetiva ou uma prática coerente. E, isso, não pode remeter-se à justificativa de que teoria e prática andam distantes, mas sim ao fato de que moral e ética fazem parte de um trabalho complexo que não se aplica de um dia para o outro e nem em um projeto específico apenas (LEPRE, 2019). Em outras palavras, de nada vale o professor conhecer a teoria do desenvolvimento moral, provocar discussões com os alunos em aulas específicas, mas não agir com coerência a isso diante de situações conflituosas.

Considera-se então a relevância de haver mais programas de formação continuada que se preocupe em instrumentalizar os professores com estratégias de

trabalho que visem o desenvolvimento moral dos educandos para que eles possam conviver em sociedade e de fato, assumirem seu papel de cidadãos. Além disso, o empenho do professor em realizar esse trabalho é fundamental e precisa ser intencional e coerente, pois exerce uma influência direta na formação dos sujeitos. A moralidade e como ela acontece na escola precisa ser discutida entre os profissionais da educação de forma a tornar eficaz o desenvolvimento moral dos alunos e não apenas para conter conflitos de forma rigorosa e sem fundamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola tal como está estabelecida atualmente, parece longe de ser a ideal quando se refere à forma como são conduzidas as práticas pedagógicas que tratam da moralidade, da cidadania e da vida em sociedade. Delval (2007) ressalta que uma das principais capacidades dos seres humanos é a de construir representações da realidade que os cercam. Para ele, o conhecimento do ambiente é uma forma essencial de adaptação ao meio e, sob a perspectiva construtivista, não podemos conhecer a realidade como ela é de fato, mas construímos modelos dela e os representamos em nossa mente. Isso nos permite atuar de acordo com as nossas representações.

É importante pensar nessa afirmação e na sua relação com a escola, já que é nesse ambiente que os sujeitos vão construir muitas representações sociais sobre diversos assuntos. Cabe então questionar, como a escola tem contribuído para o desenvolvimento da cidadania? Será que as práticas de ensino estão favorecendo a autonomia moral dos alunos e estão contribuindo para se tornarem cidadãos críticos e reflexivos?

Sabemos que documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), por exemplo, trazem como ênfase a necessidade de se trabalhar a cidadania. Discutem sobre ética, habilidades socioemocionais, valores, capacidade reflexiva e crítica do aluno para pensar e agir sobre o meio. Ressaltam a importância de um sujeito integral, considerado em todas as suas dimensões e capaz de transformar e ser transformado pela realidade em que vive. Esses documentos trazem em seu escopo, orientações a educadores para conduzir a prática pedagógica em direção ao perfil de cidadão que a escola pretende formar.

Considerando a importância da qualidade da formação cidadã e de como a escola vem construindo o conhecimento social, destaca-se que as práticas educativas devem utilizar procedimentos formativos que se adequem às necessidades dos educandos. Podemos perceber então, que há uma fragilidade do sistema educacional no que tange a moralidade, já que os métodos não se ajustam às reais necessidades dos diferentes tipos de sujeitos (SCRIPTORI, 2006). Sendo assim, por mais que haja esforços de professores que se dedicam em realizar projetos com esse enfoque, percebe-se que a escola mantém uma concepção tradicional de ensino, pois, assuntos que desrespeitam ao desenvolvimento moral e às representações da realidade, não são construídos de forma rápida com atividades extracurriculares somente.

É nítido que existe empenho de alguns profissionais em tentar desenvolver um sujeito crítico, que reflete sobre suas ações em relação ao meio, mas nem sempre se tem o controle ou a dimensão de como esse fenômeno ocorre. Muitos acreditam que apenas falando o que é certo e o que é errado ou enchendo o aluno de informações enviesadas sobre a realidade, já estão alcançando esse objetivo formativo. Essa forma reducionista de enxergar a importância das representações sociais e da moralidade, expõe a fragilidade dos procedimentos de educação e de como eles vêm sendo explanados dentro da escola. Isso afeta diretamente o desenvolvimento social e moral do educando.

A escola precisa ser um espaço para apropriação de saberes culturais de forma que o sujeito entenda aquilo que ele está fazendo. É necessário construir o conhecimento moral de forma progressiva e considerar que os alunos não são iguais e não aprendem de igual modo. É preciso repensar a função da escola e reelaborar as práticas para que, de fato, ocorra a formação integral de um sujeito que atue na sociedade e seja consciente de suas ações e de sua cidadania.

Marques, Tavares e Menin (2019) reforçam que o despreparo dos educadores os fazem agir de forma improvisada diante de conflitos interpessoais. Para isso, além de conhecer os princípios da moralidade e agir em coerência com eles no dia a dia escolar, é necessário traçar estratégias eficazes. O sucesso de uma educação moral de qualidade está totalmente ligado à forma como ela é conduzida por seus agentes. Assis (2009) complementa que a educação moral nos tempos atuais, exige uma adequação do currículo

escolar e há a necessidade de formação para isso. Não há como formar moralmente os alunos se não temos espaço para isso na escola.

Muitos professores ainda confundem educação moral com ensino de valores, e estes vem quase sempre relacionados a crenças religiosas e culturais ou mesmo a preferências próprias. Nesse sentido, Lind (2016) diz que a educação moral é transdisciplinar e que não pode vir associada a aulas de ética ou religião, justamente por limitar as discussões àquilo que se julgam ou não preparados para falar. Em outras palavras, podem surgir assuntos morais a todo tempo na escola e muitos profissionais, evitam discutir alguns deles, por julgar ser uma demanda alheia à educação.

A escola é um espaço que favorece o desenvolvimento moral, mas é reduzida, muitas vezes, a práticas acadêmicas e sempre que pode, transfere a função de educar somente para a família. D'Aurea-Tardeli e Pasqualini (2011) diante desse contexto, apontam que educar para a vida é uma tarefa complexa que exige preparo. Por isso, a educação moral deveria ter a mesma importância das outras disciplinas escolares e ser mais abordada nos cursos de formação de professores, com o intuito de qualificá-los para este trabalho.

Portanto, é preciso repensar os cursos de formação de professores e atentar-se ao fato de que o preparo docente e a qualidade da prática realizada, atinge diretamente o desenvolvimento moral dos educandos. Desta forma, é emergente a elaboração de pesquisas que considerem o preparo profissional para lidar com as questões morais que surgem na escola. É necessário viabilizar a ação docente para isso e instrumentalizar os professores, não apenas no que se refere a aspectos teóricos, mas com reflexões e análises práticas de conflitos escolares para que eles possam atender essa demanda iminente e melhorar as relações sociais e a convivência coletiva entre os alunos no ambiente escolar.

FERNANDES, Elen Daiane Quartaroli; MARTINS, Raul Aragão. Interpersonal conflicts at school and the importance of teaching practice in students' moral development. *EDUCAÇÃO EM REVISTA*, v. 25, Fluxo Contínuo, 2024, e024007. <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2024.v25.e024007>.

ABSTRACT: This work aims to reflect on the development of morality in school. Based on bibliographical research, it is based on academic productions that deal with moral development, in the light of constructivist theory. This work supports the idea that the teacher should be trained, from his training, to work with moral values at school, since it is in this space that social relations take place and interpersonal conflicts are inevitable. Furthermore, it's highlighted that teachers need to understand the complexity of this process and its relevance for coexistence in the school environment. As a result, it is expected that we can reflect on the responsibility of teachers in the process of moral development of students, considering that their attitudes and speeches in the face of school conflicts, directly impact on the formation of the subject. Therefore, is needed to rethink the training courses for teachers, aiming the quality of teaching practice for a more effective education in values in the exercise of citizenship.

Keywords: Moral development. Teaching practice. Interpersonal conflicts.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, U. F. Escola, democracia e a construção de personalidades morais. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 91-107, jul./dez. 2000.

ARAÚJO, U. A construção social e psicológica dos valores. In: ARAÚJO, U. F.; PUIG, J. M.; ARANTES, V. A. (org.). *Educação e valores: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2007, p. 17-64.

ASSIS, O. Z. M. A formação da personalidade ética: Introdução. In: TOGNETTA, L. R. P. *A formação da personalidade ética: estratégias de trabalho com afetividade na escola*. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: apresentação dos temas transversais/Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2022.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, MEC/SEF, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 04 jun. 2022.

D'AUREA-TARDELI, D. Adolescência, personalidade e projeto de vida solidaria. In: LA TAILLE, Y.; MENIN, M. S. S. (org.). *Crise de valores ou valores em crise?* Porto Alegre: Artmed, 2009.

D'AUREA-TARDELI, D.; PASQUALINI, A. R. B. Educação em Valores: possibilidades de intervenção pedagógica na resolução de conflitos escolares. In: TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. *Conflitos na instituição educativa: perigo ou oportunidade?* Contribuições da Psicologia, Campinas - SP: Mercado das letras, 2011. p. 191-228.

DELVAL, J. Aspectos de la construcción del conocimiento sobre la sociedad. *Educación*, Curitiba, n.30, p.45-64, 2007. Editora UFPR.

FERNANDES, E. D. Q.; MARTINS, R. A. Competência moral: os desafios no contexto escolar. In: BATAGLIA, P. U. R.; ALVES, C. P.; PARENTE, E. M. P. R. (org.). *Estudos sobre competência moral: propostas e dilemas para discussão*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

LA TAILLE, Y. A construção da personalidade moral: prefácio a edição brasileira. In: PUIG, J. M. *A construção da personalidade moral*. São Paulo: Editora Ática, 1998.

LA TAILLE, Y. *Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LA TAILLE, Y. *Formação ética: do tédio ao respeito de si*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LA TAILLE, Y.; MENIN, M. S. S. (org.). *Crise de valores ou valores em crise?* Porto Alegre: Artmed, 2009.

LEPRE, R. M. Por que estudar a moralidade humana e seus possíveis desdobramentos? In: MARTINS, R. A.; CRUZ, L. A. N. *Desenvolvimento sócio moral e condutas de risco em adolescentes*. Campinas: Mercado das letras, 2015, p. 9-24.

LEPRE, R. M. A educação moral na escola: revisões e alternativas a partir das contribuições da Psicologia. *Educação*. Santa Maria, n. 44, p. 1-25, 2019.

LIND, G. *How to teach morality, Promoting Deliberation and Discussion, Reducing Violence and Deceit*. Berlin: Editora Logos Verlag, 2016.

MARQUES, C. A. E.; TAVARES, M. R.; MENIN, M. S. S. *Valores sociomoraais: reflexões para a educação (1)*. Americana, SP: Adonis, 2019.

MARTINS, R. A. et al. *Quando ajudar é preciso! O valor da solidariedade*. 1. ed. Americana: Adonis, 2017.

OMS. Organização Mundial da Saúde. *WHO Director-General's opening at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020*. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-COVID-19---11-march-2020>

PIAGET, J. *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus, 1932/1994.

PIAGET, J. Os procedimentos de Educação Moral. In: MACEDO, L. *Cinco estudos de educação moral*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1930/1996.

PUIG, J. M. *A construção da personalidade moral*. São Paulo: Editora Ática, 1998.

RAZERA, J. C. C. O ensino de ciências entre a cultura do tédio e do sentido. *Rev. Ensaio*, Belo Horizonte, v. 13, n. 01, p. 157-164, jan./abr. 2011.

SANTOS, A. C. B. H.; TREVISOL, M. T. C. O desenvolvimento moral do aluno: um estudo sobre as experiências pedagógicas realizadas na escola. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 10 e SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO – SIRSE, 1., 2011, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Pontifca Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2011.

SCRIPTORI, C. C. Aproximações e distanciamentos didático-pedagógicos de uma formação para a cidadania: o texto escolar em pauta. In: ENDIPE - ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, Educação, Questões Pedagógicas e Processos Formativos: compromisso com a Inclusão Social. 13., 2006, Recife. *Anais...* Recife, PE: UFPE, 2006. v. único. p. 1-16.

SILVA, I. A. *Concepções de educação moral de professores do ensino fundamental: análises a partir de uma atividade formativa desenvolvida na escola*. 185f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, UNESP, Marília, 2018.

TAVARES, M.R.; MENIN, M.S.S. (coord.). Avaliando valores em escolares e seus professores: proposta de construção de uma escala. *Textos FCC*. São Paulo: FCC-DPE, v. 46, out. p. 1-85, 2015.

TAVARES, M. R. *et al.* Construção e Validação de uma escala de valores sociomoraes. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 46, n. 159, p. 186-210, jan./mar. 2016.

TOGNETTA, L. R. P.; ASSIS, O. Z. M. A construção da solidariedade na escola: as virtudes, a razão e a afetividade. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.32, n.1, p. 49-66, jan./abr. 2006.

TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. *Quando a escola é democrática: um olhar sobre a prática das regras e assembleias na escola*. Campinas: Mercado das letras, 2007.

TOGNETTA, L. R. P. *A formação da personalidade ética: estratégias de trabalho com afetividade na escola*. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

TOGNETTA, L. R. P. A temática da convivência ética em contextos escolares. *Revista online de Políticas e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 26, n. esp. 3, p. 1-24, jul. 2022.

VINHA, T. P.; ASSIS, O.Z.M. O direito de aprender a conviver: O ambiente escolar e o desenvolvimento da autonomia moral segundo a perspectiva construtivista. ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DO PROEPRE: O DIREITO DE APRENDER, 24., 2008, Campinas. *Anais...* Campinas: UNICAMP, 2008.

VINHA, T. P.; TOGNETTA, L. R. P. Construindo a autonomia moral na escola: os conflitos interpessoais dos valores. *Revista Educ.*, Curitiba, v. 9, n. 28, p. 525-540, set/dez, 2009.

VINHA, T. P.; MORAIS, A. de; MORO, A. (org.). *Manual de orientação para a aplicação dos questionários que avaliam o clima escolar*. Campinas, SP:FE/UNICAMP, 2017.

VINHA, T. P. Prefácio. In: BATAGLIA, P. U. R.; ALVES, C. P.; PARENTE, E. M. P. R. (org.). *Estudos sobre competência moral: propostas e dilemas para discussão*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022.

Recebido em: 07/06/2023.

Aprovado em: 06/12/2023.